



MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2015/11/27

Ata da Assembleia Municipal de 27 de Novembro de 2015

----- Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do art.º vinte e cinco, do Decreto – Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;-----

2. Análise e votação da quinta revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze, devido à aprovação pelo POVT de uma candidatura em regime de *overbooking* no montante de centos e dois mil, duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos;-----

3. Análise e votação de Proposta: Declarações de Interesse Público Municipal;---

4. Análise e votação de Proposta de desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno do Loteamento das Gordairas;-----

5. Análise e votação de Alteração ao Regulamento para a Venda de Lotes do Bairro da Caniçada – Valdosende;-----

6. Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para dois mil e dezasseis.-----

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme José Coelho Alves, tendo o senhor Vítor Fernandes assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Marinha Neves o lugar de segunda secretária.

----- Estiveram presentes nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os vereadores Dr.ª Liliana Machado, Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e sete, tendo-se verificado a falta justificada da senhora deputada Clara Sousa, que foi substituída nos

termos da lei pelo senhor deputado Rui Manuel Costa Luís. e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende, que não foi substituído. -----

----- Comprovada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- Ainda neste período, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu as boas-vindas à senhora Maria José Oliveira, que ocupou recentemente o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Covide, face à renúncia de mandato do senhor Abel Fernandes. O senhor Presidente da Assembleia Municipal desejou, igualmente, à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Covide as maiores felicidades no desempenho do cargo que agora se inicia. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, de onze de setembro, que não mereceu qualquer intervenção, sendo, logo de seguida, colocada à votação e aprovada por maioria, com a abstenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Covide e da senhora Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês. -----

----- Ainda nesta fase, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrega à mesa da assembleia, no dia de hoje, de dois documentos para possível inserção na ordem de trabalhos. O primeiro, apresentado pelo senhor deputado Agostinho Moura, referia-se a um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º Vítor Gonzalez, natural da vila do Gerês, e do segundo documento, apresentado pelo Partido Socialista, constava de uma Proposta de manifestação de solidariedade para com o povo francês, devido aos atentados do passado dia 13 de novembro. Ambos os documentos foram colocados à consideração e aprovada, por unanimidade, a sua inclusão na ordem de trabalhos, passando a constar como sétimo e oitavo pontos, respetivamente. -----

---- Logo depois, passou-se ao período de antes da ordem do dia. -----

---- Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes deputados municipais: senhor Manuel Sousa do MPT; senhor José Alberto Martins da Coligação PDS/CDS “Juntos por Terras de Bouro”; senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga; senhor Manuel Cerqueira da Coligação PDS/CDS “Juntos por Terras de Bouro”; senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta e senhor Filipe Mota Pires, do Partido Socialista. -----

----- Interveio então o senhor deputado Manuel Sousa do Movimento Partido da Terra, nos moldes que de seguida se transcrevem na íntegra: -----

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Caros colegas Deputados Municipais, -----

Caros cidadãos, -----

1 - Relativamente ao polémico assunto sobre a contaminação da água, na freguesia de Rio Caldo, gostaríamos de saber pelo Sr. Presidente alguns esclarecimentos acerca desta situação. Quando foi detetada a contaminação da água? E qual terá sido o tempo desde o início da contaminação até à deteção da escherichia coli? Qual a origem da contaminação? Que medidas foram tomadas pelo município, junto da população e instituições após a deteção desta bactéria? Está garantida a atual qualidade da água, em Rio Caldo? Reconhece atraso na resolução da dificuldade que provocou esta contaminação como vem sendo referido publicamente? O Laboratório confirma a presença da bactéria no dia 8 de Outubro e a nova amostra, após a resolução da anomalia, foi feita a 12 de Outubro. 2 - Aproveitamos para elogiar a integração do nosso Município no projeto-piloto para aplicação, em 2016, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e subscrevemos a nota do Município ao relembrar o reconhecimento, por parte da Administração Central, do mérito e excelência técnica dos profissionais da área financeira da Câmara Municipal de Terras de Bouro. 3 – Solicitamos esclarecimento ao Senhor Presidente sobre a necessidade de nomeação de pessoal para o órgão autárquico. Os custos acrescidos são justificados tendo em conta o índice de obras e população existente? Relembro que na sessão de 25 de Abril de 2014 referi aqui o aumento do aparelho autárquico sem desculpa de contenção de custos. Em resposta o Sr. Presidente avançou com as elevadas responsabilidades do Município em diversas áreas. Que novas responsabilidades surgiram? 4 – Apresento as felicitações pela organização e sucesso da Feira de S. Martinho, que, mais uma vez, foi um sucesso para Terras de Bouro pela quantidade de pessoas que nos visitaram e também pela dinamização do comércio. Não sabemos se a presença da TVI será uma das razões da atração de tanta gente. É importante também pensarmos no custo benefício da presença da TVI no futuro, para evitar que se torne num modelo desgastante e pouco atrativo."-----

----- Fim da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa neste período. -----

----- Assumiu seguidamente a palavra o senhor deputado José Alberto Martins que começou por saudar os presentes e dar uma nota positiva à organização e ao teor das Jornadas da Saúde, realizadas no dia de hoje no Núcleo Museológico de Campo do

Gerês. Com efeito, sublinhou o senhor deputado, tratou-se de um dia brilhante e com oradores e convidados a condizer, na sua opinião, excelentes, aproveitando, igualmente, a ocasião para dar os parabéns à senhora Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, autora de uma apresentação, também ela brilhante, durante as referidas jornadas. Continuando a sua intervenção e sobre um périplo efetuado pelo concelho, nomeadamente na freguesia de Rio Caldo, no Lugar de S. Pedro, o senhor deputado José Alberto Martins teve conhecimento da construção de um muro, alegadamente sem licenciamento, num local de difíceis acessos, agora ainda mais congestionados pela dita obra, com evidentes dificuldades de manobra para carros de emergência, por exemplo, questionado o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre esta situação, se teve conhecimento e qual a capacidade da câmara municipal para intervir nesta situação. Prosseguindo, e agora no domínio da educação, o senhor deputado José Alberto Martins referiu-se às constantes saídas de alunos de Terras de Bouro para outros concelhos, na procura de ofertas educativas que os satisfaçam e se não será possível Terras de Bouro ter um serviço educacional que contemple esta procura que leva os alunos a abandonarem o ensino local. Continuando a sua intervenção, abordou seguidamente a questão de aquisição de serviços pelo município, nomeadamente pela modalidade de ajuste direto, que a lei permite, é certo, mas que seria bom consultar um maior número de empresas, para alargar o leque de ofertas e orçamentos, evitando assim possíveis abusos, propôs o senhor deputado José Alberto Martins. De seguida e já sobre a presença da TVI na recente Feira de S. Martinho, o senhor deputado afirmou ser este um investimento “à séria”, algo que deve ser referido, sem dúvida, mas também não é menos certo que a câmara municipal não paga o que deve a alguns empreiteiros, ora, estará esta situação acautelada, perguntou. Por último, neste período, o senhor deputado José Alberto Martins apresentou um pedido de autorização para analisar o processo do Campo de Futebol da Pereira, no Gerês, nomeadamente, local e hora da consulta. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga com cumprimentos iniciais a todos os presentes e manifestando logo de seguida toda a sua preocupação com a situação da recolha de resíduos/inertes industriais no concelho, face às alterações impostas pelo governo anterior e já aqui enunciadas e que começam já a provocar situações de abandono e descargas ilegais, o que ambientalmente e socialmente, frisou, causa e causará graves problemas. Mais informou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que a recolha agora já poderá ser feita em Braga, mas só em grandes dimensões e que a tutela terá

que ser envolvida neste processo, já que os nossos empresários não podem ser prejudicados, nem o próprio meio ambiente. De seguida, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga falou sobre as Jornadas da Saúde, hoje realizadas no Campo do Gerês, dando os parabéns à organização, mas também é verdade que, neste campo, continuamos sem médicos no concelho, não se fazem as substituições de clínicos de uma forma atempada e é necessário manifestar a nossa indignação por esta vergonha, sublinhou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. A garantia dada pelo governo anterior da cobertura a 100% pelos médicos de família não passou de uma miragem e Terras de Bouro comprova isso mesmo. Ainda na sua intervenção, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga referiu-se ao péssimo serviço disponibilizado pela EDP, devido às anomalias surgidas na iluminação pública, já que se demoram dias e mesmo meses para resolver questões de avarias e substituições de lâmpadas entre outras questões, o que é inaceitável. Há um “jogo de empurra” entre as entidades, EDP, empreiteiros e subempreiteiros e ninguém parece querer assumir as suas responsabilidades, ficando a população a sofrer com esta situação, frisou e concluiu a sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----

----- Posteriormente interveio o senhor deputado Manuel Cerqueira, começando a sua intervenção com cumprimentos a todos os presentes e colocando ao senhor Presidente da Câmara Municipal as seguintes questões: obras na Rua da Cruz Vermelha, no Gerês, de quem é a responsabilidade; tratamento do passeio/passadiço de Rio Caldo, o porquê de não ter sido concluído; o abastecimento dos barcos elétricos junto ao Posto de Turismo de Rio Caldo, o que se passa e de quem é a responsabilidade; a plantação de eucaliptos em Valdosende, junto ao reservatório da água no Lugar do Assento, se a câmara municipal tem conhecimento; existirá colocação de wc's na praia do Alqueirão na próxima época de verão; ponto da situação do saneamento básico em Vilar a Monte; a falta de condições e resolução destas no Centro Cultural do Chamadouro em Valdosende e, por último, a sua demissão da Comissão Municipal de Turismo mantém-se, já que a palavra dada será honrada, isto face à falta de planeamento do Turismo, questionando o porquê do Município, com os seus próprios técnicos, não assegurar a organização e concretização das atividades turísticas, entregando essa responsabilidade a outras instituições, como é o caso da Associação Gerês Viver Turismo. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta foi o interveniente seguinte e depois de cumprimentar a mesa e os restantes elementos da assembleia municipal, congratulou-se com o sucesso da Feira de S. Martinho, já que o evidente aumento da dimensão do evento tem sido notório, também abrilhantado, é certo, com a presença muito importante da TVI. Sem dúvida, sublinhou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, que este acontecimento social e cultura no vale do Homem terá que ser manter nestes moldes, até para equilibrar um pouco com os eventos realizados no vale do Cávado. Na sua intervenção, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta falou ainda sobre a importância da vinda do senhor Avelino Soares para apoiar, como secretário, o executivo municipal, reconhecendo e agradecendo a sua presença, já que se torna, pelas suas qualidades profissionais e humanas, de uma boa medida tomada. Na realidade, sublinhou senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, esta vinda peca por tardia, pois todos ficam a ganhar com ela e reiterou as boas vindas e os maiores sucessos ao senhor Avelino Soares. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Filipe Mota Pires, com saudações à mesa e a todos os elementos da assembleia, dirigindo logo de seguida elogios às divisões do município pelo trabalho desenvolvido, particularmente à UAGF e à USBA, na pessoa da sua dirigente, Eng^a Ida Sousa, nomeadamente, na forma como foi resolvida a questão recente da água da rede pública em Rio Caldo. Na verdade, sublinhou o senhor deputado Filipe Mota Pires, criou-se um alarmismo desproporcionado e sem justificação, já que a situação foi resolvida de forma competente e rigorosa. De seguida, o senhor deputado elogiou, igualmente, a organização e resultados da Feira de S. Martinho, sublinhando o empenho dos técnicos e do executivo municipal em permanência. Já no que diz respeito ao Dia Municipal da Juventude, é um facto que este não correu pela melhor forma, talvez pelo dia em questão, mas a dinamização da atividade será certamente melhor no futuro, com mais empenho e outro cuidado na dinamização dos jovens, fica o repto feito para 2016. Ainda na sua intervenção, mas já sobre o Turismo no concelho, o senhor deputado Filipe Mota Pires disse que o balanço de dois mil e quinze é francamente positivo, evidente nas conclusões do workshop sobre a atividade turística, realizado na vila do Gerês, dirigido a todos os agentes do concelho, que evidenciaram a crescente melhoria na dinâmica do Turismo- Quanto ao Conselho Municipal de Turismo, o senhor Deputado considera que é um excelente órgão consultivo para apresentar e debater as ideias sobre esta área, pois os promotores e empresários continuam a

encontrar aqui um espaço para apresentar e sugerir o que entendem. Foi neste enquadramento, sublinhou o senhor deputado Filipe Pires, que este executivo mandou realizar o Plano de Valorização Turística de Terras de Bouro, por uma empresa especializada, demonstrando uma estratégia de orientação que antes não existia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou logo depois a palavra para agradecer o poder de síntese evidenciado pelos intervenientes neste período e solicitou ao senhor deputado Manuel Cerqueira que faça chegar, por escrito, a sua demissão do Conselho Municipal de Turismo para se providenciar a respetiva substituição. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou seguidamente a responder às respetivas questões e solicitações de esclarecimento, não sem antes saudar todos os elementos da Assembleia Municipal e abordando, logo de seguida, a intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, afirmou que relativamente ao problema da água em Rio Caldo, é um facto que aconteceu e que também é um facto que a USUA tomou de imediato as medidas necessárias, reparando a bomba doseadora com análises posteriores que deram um resultado negativo e tudo com conhecimento do delegado de saúde. Na verdade, disse o Senhor Presidente da Câmara Municipal, “fez-se muito barulho” por causa desta situação, mas segundo a informação da dirigente da USUA, senhora Eng^a Ida Sousa, tudo foi feito dentro da legalidade, resolvido com empenho e prazos aceitáveis. Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as palavras do senhor deputado Manuel Sousa sobre o mérito da escolha do Município para a adesão ao novo programa contabilístico da função pública e de como este convite é um reconhecimento do valor dos serviços financeiros da autarquia, além disso, com formação gratuita para os funcionários municipais sobre o novo programa de contabilidade das instituições públicas. Posteriormente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal abordou a escolha do novo secretário do executivo, senhor Avelino Soares e que além da mais-valia que isso representa pela qualidade humana e profissional da pessoa em questão, não traz qualquer custo acrescido ao Município em função da saída da autarquia da Dr.^a Clara Sousa, agora a desempenhar funções no Centro de Saúde Famalicão. Os constantes apelos e pedidos que o Município recebe na área social tornam fundamental a colaboração de uma pessoa com conhecimentos e sensibilidade para esta área e o senhor Avelino Soares é a pessoa indicada, frisando também que faz suas as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta sobre este assunto. De seguida, o

Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu também o elogio e reconhecimento pela organização e sucesso da *Feira de S. Martinho*, onde os cerca de dez mil euros de investimento mais do que se justificam, face ao retorno financeiro, social, cultural e turístico que traz a Terras de Bouro e aos seus agentes económicos. Foram seis horas de promoção e divulgação do concelho para todo o mundo, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, com um ótimo investimento espelhado na retoma da economia local. Já no que diz respeito à questão das dívidas aos empreiteiros, é um facto que tal acontece, mas também não há nada de anormal nessa situação. Aliás, frisou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se há obras e necessidades é natural que depois estas tenham que se pagar e há *timings* e disponibilidade para que tal aconteça, não deixando de reiterar que Terras de Bouro até é dos municípios que pagam mais atempadamente. -----

----- Sobre as palavras do senhor deputado José Alberto Martins, o Senhor Presidente da Câmara Municipal registou os parabéns à organização das jornadas da saúde e quanto ao problema da construção de um muro em Rio Caldo, licenciado pela câmara municipal, referiu que os serviços municipais de urbanismo analisam documentos e emitem pareceres sobre a legalidade desses documentos para o deferimento de obras particulares e nada podem fazer a partir do momento que se torna um problema jurídico e, sendo este o caso, o tribunal é que vai decidir a questão entre os dois litigantes em função dos argumentos apresentados por ambos. -----

----- Sobre este último tema, o senhor deputado José Alberto Martins interveio para dizer que o muro em causa, devido à sua altura, poderá estar em risco de ruir com as consequências daí inerentes. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal retorquiu que irá pedir aos serviços de Fiscalização do Município que avaliem a consistência do muro. Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal sublinhou novamente que o Município delibera sobre documentos e não sobre opiniões dos munícipes, não sendo seu desejo colocar problemas seja a quem for, muito pelo contrário, tem todo o interesse em resolvê-los. Já sobre as considerações feitas pelo senhor deputado relativamente à educação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que foi a própria EPATV que tomou as opções que resultaram no atual estado da situação e não a câmara municipal. "Claro que todos gostávamos que fosse diferente, mas também não é menos verdade que o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro tem feito um trabalho notável pelos jovens do concelho, aliás, como comprovam os projetos recentemente apresentados", disse. Relativamente aos contratos atribuídos

por ajuste direto, procura-se, como é óbvio, defender os interesses do município, em primeiro lugar e dos empresários do concelho, em segundo lugar, se tal for benéfico para todos e cumprindo legalmente e integralmente o que a lei estipula, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Assim foi com a recente adjudicação no âmbito da eficiência energética na iluminação pública, já que depois de uma consulta a várias empresas e auscultados técnicos desta área, a empresa Costinha e Névoa, de Terras de Bouro, ficou encarregue da executar tal obra na sede do concelho, na vila do Gerês e junto ao Centro Náutico de Rio Caldo. Por último e ainda sobre a intervenção do senhor deputado José Alberto Martins, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o processo de colocação de relva sintética e de outras melhorias significativas no Campo de Futebol da Pereira, no Gerês, poderá ser consultado na Unidade Orgânica de Obras Municipais ou junto da Direção do Grupo Desportivo do Gerês quando o senhor deputado assim o entender. -----

----- De seguida e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que há, realmente, graves problemas com a recolha de resíduos resultantes de demolições e reconstruções de imóveis no concelho. Esta situação levou o Município a pedir um orçamento à empresa SUMA e para o qual se aguardam evoluções consoante a proposta apresentada para uma possível recolha desses resíduos em Terras de Bouro. No que diz respeito à falta de médicos, esta situação está a ser analisada em sede própria para resolução a breve trecho. Por último e sobre a EDP, é um facto que os pedidos para substituição de lâmpadas da iluminação pública são feitos com a devida brevidade, mas a resposta a estes pedidos é muito demorada, situação que o Município acompanha e tenta minorar com contactos frequentes. -----

----- Posteriormente e sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Cerqueira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que a intervenção na Rua da Cruz Vermelha, no Gerês, onde está a ser feito um passeio, é da autoria da câmara municipal que recebeu um pedido urgente para o efeito e ao qual acedeu porque se entendeu ser esse passeio necessário. No que diz respeito ao passeio de madeira em Rio Caldo, foi efetuada uma aplicação de produto de tratamento para experiência e da qual já foram tiradas as devidas conclusões, informando que em breve todo o passeio em madeira será tratado. Já quanto à ligação elétrica ao Posto de Turismo de Rio Caldo, para apoio à empresa NATURIO, os técnicos de eletricidade do Município informaram que se trata de um valor insignificante para efetuar a recarga dos

respetivos barcos, que são elétricos, e tudo dentro da legalidade já que o Posto de Turismo é propriedade do Município. Esta ação sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, enquadra-se claramente na política de promoção do empreendedorismo das empresas locais geridas por jovens, em que o Município faz uma forte aposta e tanto se empenha em promover, pois é uma forma eficaz de criação de emprego. De seguida e no que concerne à plantação de eucaliptos em terrenos particulares situados em Valdosende, esta foi licenciada pelo ICNF, e assim, informou o Senhor Presidente, a câmara municipal nada pode fazer face a esta opção de reflorestação de um local que ardeu há alguns anos. À questão da colocação dos WC's na praia do Alqueirão, o Senhor Presidente disse que na próximo época de verão terá em conta esta sugestão do Sr. Deputado. Sobre os eventuais problemas com o saneamento básico em Vilar a Monte, freguesia Valdosende, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o processo é para concluir o mais depressa possível. Também em Valdosende e sobre o Centro Cultural do Chamadouro, é um facto de que a estrutura precisa de ser recuperada, nomeadamente, um novo telhado, aguardando-se um ocasião oportuna para tal ser concretizado. Ainda ao senhor deputado Manuel Cerqueira e sobre a sua demissão do Conselho Municipal de Turismo, o Senhor Presidente, como é óbvio, respeita a sua opção, são razões pessoais, mas também gostaria de frisar que o Turismo em Terras de Bouro tem tido uma ótima dinâmica e projeção, no âmbito do protocolo com a Associação Gerês Viver Turismo, que foi e é uma parceria útil ao Município, com os excelentes resultados que todos, certamente, reconhecerão. Será preciso não esquecer, por exemplo, que a GVT organiza, por ano, cerca de 150 trilhos e muitas outras atividades de animação turística e o Município poupa muito dinheiro com esta parceria que tão bons resultados têm conseguido, reiterou o Senhor Presidente. Ainda sobre esta matéria, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse também que a câmara municipal não tem muitos funcionários adstritos à área do turismo e que a colaboração de outras instituições é sempre proveitosa. -----

----- À intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta o Senhor Presidente agradeceu as suas palavras, reconhecendo, igualmente, o valor, o mérito pessoal e profissional do senhor Avelino Soares, qualidades que por si só justificam plenamente o convite para trabalhar na câmara municipal e que obrigará, inclusive, o senhor Avelino Soares a sacrifícios de ordem pessoal e profissional, o que só enobrece e engrandece a sua ação e colaboração para com o executivo em permanência. -----

----- Logo depois e sobre a intervenção do senhor deputado Filipe Mota Pires, o Senhor Presidente da Câmara Municipal subscreveu as palavras de reconhecimento pelo trabalho da senhora Eng^a Ida Sousa, relativamente à questão da água em Rio Caldo e sublinhou também o trabalho meritório que a técnica do município tem desenvolvido na USUA, onde tem demonstrado a sua capacidade e o executivo deposita no seu empenho cem por cento de confiança. O Senhor Presidente informou também que a revisão ao orçamento, hoje aqui apresentada, resulta de uma candidatura elaborada pelo Dr. Vítor Peixoto e pela Eng^a Ida Sousa, com os dividendos daí inerentes para o concelho. Sobre as considerações efetuadas no que concerne ao resultado obtido com o Dia Municipal da Juventude, há, realmente, que repensar o modelo, talvez alterando a data ou a forma de o assinalar. Continuando e sobre a alusão do mesmo deputado ao Conselho Municipal de Turismo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal ressaltou a sua importância e dinamismo, onde as propostas e as ideias são apresentadas e discutidas. Prova desse mesmo dinamismo, continuou o Senhor Presidente, é a realização de provas importantes, como o Campeonato do Mundo de Trail que se realizará na vila do Gerês em 2016 e que trará ao concelho uma projeção internacional assinalável, concluiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Intervenção do Público. -----

----- Registou-se, neste período, o pedido da palavra e consequente intervenção do senhor Avelino Soares que começou por agradecer as palavras já hoje aqui proferidas relativamente à sua pessoa e aproveitou também esta oportunidade para agradecer o convite ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à senhora Vereadora, Dr.^a Liliana Machado, para trabalhar e apoiar o executivo nas tarefas que lhe forem confiadas. Mais afirmou o senhor Avelino Soares que tudo fará para que esta prova de confiança no seu trabalho seja plenamente concretizada, pois assumirá as suas funções com todo o gosto, empenho e lealdade, no intuito de corresponder às expectativas criadas. Continuando, o senhor Avelino Soares agradeceu, igualmente, as palavras também proferidas pelos senhores Vereadores, Dr. António Afonso e Dr. António Cunha, na reunião do Executivo Municipal, e ainda pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, na certeza de que tudo fará para servir o melhor possível os interesses do Município e dos terrabourenses. -----

----- Terminado este período, entrou-se, de seguida, na Ordem de Trabalhos, da qual

constam os seguintes pontos, depois das duas introduções já efetuadas no dia de hoje: -----

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do art.º vinte e cinco, do Decreto – Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;-----

2. Análise e votação da quinta revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze, devido à aprovação pelo POVT de uma candidatura em regime de *overbooking* no montante de centos e dois mil, duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos;-----

3. Análise e votação de Proposta: Declarações de Interesse Público Municipal;---

4. Análise e votação de Proposta de desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno do Loteamento das Gordairas;-----

5. Análise e votação de Alteração ao Regulamento para a Venda de Lotes do Bairro da Caniçada – Valdosende;-----

6. Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para dois mil e dezasseis.-----

7. Análise e consideração de Voto de Pesar sobre o falecimento do Senhor Engenheiro Vítor Gonzalez;-----

8. Análise e votação de Proposta do Partido Socialista sobre os atentados de 13 de novembro em Paris. -----

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedeu à apresentação das ações do Município realizadas após a última sessão deste órgão, nomeadamente, em curso: o Projeto de Reabilitação das Margens do Rio Gerês integrado num programa transfronteiriço; a obra em curso “Mais eficiência na Iluminação Pública de Terras de Bouro” e a ampliação das instalações desportivas do complexo da Piscina Municipal. --

----- O senhor Presidente abordou ainda as seguintes atividades deste período: comemoração do Dia Internacional do Idoso pelo Centro Municipal de Valências; pela mesma estrutura municipal, a realização do concerto de verão pelos alunos do Curso de Música; a realização do *XVII Convívio Sénior de Terras de Bouro*, com um especial agradecimento à Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez pela cedência do local para o evento; as Comemorações dos quinhentos e um anos do Foral de Terras de

Bouro; a realização de vários *workshops* no Centro Municipal de Valências; as atividades do Projeto Bem Envelhecer; a Feira de S. Martinho, este ano, mais uma vez com o enorme sucesso da presença da TVI e ainda o seu regozijo pelo reconhecimento do brio profissional dos funcionários da divisão financeira da autarquia com o convite do senhor Secretário de Estado para integrar o SNC- AP, novo sistema de contabilidade para a administração pública. -----

----- Ainda sobre a atividade do Município, mas no campo financeiro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o valor da receita cobrada até dezanove de novembro era de oito milhões, cento e noventa e sete mil, centos e vinte e dois euros e vinte e quatro cêntimos e o valor da despesa efetuada até à mesma data era de oito milhões, sessenta e oito mil, seiscentos e três euros e trinta e um cêntimos. -----

----- Sobre este ponto não aconteceu qualquer inscrição ou consideração por parte dos membros da assembleia municipal. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos,”... **votação da quinta revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze, devido à aprovação pelo POVT de uma candidatura em regime de *overbooking* no montante de centos e dois mil, duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos**”, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que tal revisão resulta da aprovação de uma candidatura no valor total de duzentos e trinta e cinco mil euros ao POVT e da qual resultou a atribuição do valor em causa, no montante de centos e dois mil, duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos, em regime de *overbooking*, para obras já concluídas e pagas pelo Município e que esse montante será agora utilizado para despesas de pessoal e obras nas juntas de freguesia. -----

----- Aberto o período de inscrições, registou-se a inscrição do senhor deputado Manuel Sousa do MPT e também do senhor deputado José Alberto Martins da Coligação Juntos Por Terras de Bouro. -----

----- O senhor deputado Manuel Sousa do MPT questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se é legalmente possível utilizar uma receita de 102 mil euros provenientes do FEDER, para ser aplicada no pagamento de despesa do pessoal em funções e em transferências para as freguesias.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu de imediato que os montantes recebidos pelo Município através de candidaturas em regime de

overbooking poderão ser disponibilizados para qualquer área do orçamento municipal uma vez que as obras agora co-financiadas já se encontram concluídas e pagas. -----

----- Ainda sobre o segundo ponto, interveio também o senhor deputado José Alberto Martins para dizer que o valor em causa, tratando-se de uma receita de capital poderia ser considerado como uma despesa de investimento. -----

----- Colocado logo depois à votação, foi aprovado por unanimidade o segundo ponto da ordem de trabalhos. -----

----- No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, **“Proposta: Declarações de Interesse Público Municipal”**, o senhor Presidente da Câmara Municipal tomou o uso da palavra, referindo que os pedidos em causa, apresentados na câmara municipal, derivam da aplicação da legislação que entrou em vigor e que diz, em primeiro lugar, o seguinte: *“Para efeitos de autorização de utilização não agrícola de espaço da R.A.N “O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, correspondente ao Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31/3, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16/09 prevê, a autorização a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN (cfr. art. 25º). Tal reconhecimento é formalizado através de requerimento apresentado na DRAP territorialmente competente e dirigido ao membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento rural, conforme modelo previsto no anexo III do referido diploma. O requerimento é acompanhado dos documentos identificados no anexo II da Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, e de outros elementos que incluem declaração emitida pela Assembleia Municipal do concelho onde se pretende realizar a ação, comprovando que o projeto é considerado de interesse público municipal (cfr. art. 25º n.º 3 al. a) do sup. cit. diploma). “ Já no que concerne à segunda situação, “Regularização de Explorações Pecuárias”, o enquadramento e solicitação são os seguintes: “O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05/11 veio estabelecer um regime extraordinário de regularização de estabelecimentos e instalações, multissetoriais, existentes à data da sua entrada em vigor, que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou, ainda, de exercício da atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas ou restrições de utilidade pública. Mais estabeleceu um regime a*

observar para a alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuem título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não seja compatível com aqueles instrumentos, servidões ou restrições. Para a instrução dos pedidos de regularização, estabelece o art. 5º n.º 4 al. a) do sup. cit. diploma, a necessidade de “deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal”.-

----- Ora face ao exposto, caberá à Assembleia Municipal pronunciar-se sobre os mesmos pedidos para emissão das respetivas declarações, adiantou o Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Aberto o período de inscrições, assumiu a palavra o senhor deputado José Alberto Martins que no âmbito da aplicação da lei, questionou o facto da situação de um dos candidatos se apresentar de forma pouco concisa ou clara. -----

----- Sobre esta última afirmação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os processos foram instruídos no respetivo instituto responsável pela receção dos pedidos e não a câmara municipal, apenas recetora para emissão das requeridas declarações de interesse municipal. Mais afirmou que o que está em causa é o licenciamento de atividades e não obras a efetuar, eventualmente, já que em primeira instância quem tem que se pronunciar é a Direção Regional de Agricultura. De qualquer forma, o Senhor Presidente voltou a explicar a situação de ambos os pedidos e com fundamento de lei, conforme as propostas apresentadas. -----

----- Também sobre este ponto, o senhor Deputado Manuel Cerqueira questionou a extensão do pedido da “Quinta do Agrinho” que poderá abrir precedentes para outras situações. -----

----- Ainda sobre o terceiro ponto, interveio o senhor deputado Manuel Sousa, do MPT, segundo intervenção que de seguida se transcreve em formato de Declaração de Voto e cujo original, devidamente assinado, será apenso à documentação desta reunião: “----- **Declaração de Voto** -----

----- A Presente proposta de deliberação de declaração de interesse público municipal na regularização de explorações pecuárias, ao abrigo do Dec. – lei nº 165/2014, de 5 de novembro, suscita a nossa maior atenção, razão pela qual solicitei junto da Câmara Municipal a documentação referente a cada um dos quatro processos de legalização.-----

----- Esta legislação, cuja validade caduca a 1/1/2016, visa criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais de atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública".-----

----- Sendo construções afetas à agropecuária presumo que estejam a ser acompanhadas pelos programas agrícolas comunitários. Por essa razão, questiono-me quanto ao tipo de autorização concedida pela Câmara Municipal para a construção das explorações em causa, uma vez que, para existir um processo relacionado com programas comunitários é necessário pelo menos que um requerimento com pedido e autorização da entidade licenciadora para a sua construção. Se foi concedida alguma viabilização para andamento dos projetos, a Câmara Municipal pode ter violado servidões administrativas em vigor. -----

----- Atendendo à desconformidade das explorações referidas na proposta, foi realizada alguma participação da irregularidade? De que forma o município teve conhecimento desta situação? -----

----- Atendendo à recente aprovação da revisão do PDM, poderiam ter sido contempladas estas alterações? Isto leva a pensar qual o tipo de favorecimento que este PDM pode ter para os municípios.-----

----- Este pedido de aprovação à Assembleia Municipal necessita de se fazer acompanhar da referida documentação solicitada, para sabermos se os mesmos cumprem os requisitos mencionados no artigo 5º, do Decreto-Lei 165/2014, de 5/11. Não basta apenas o texto introdutório que nos apresenta na documentação enviada a todos os membros, nem é suficiente a documentação que me foi endereçada porque não cumpre os inúmeros requisitos do artigo 5º.-----

----- Atentos aos documentos que a Câmara Municipal nos disponibilizou verificamos que não se enquadram minimamente na proposta agora apresentada. A fundamentação da proposta falseia grosseiramente aquilo que é requerido pelos proponentes. Comparando os requerimentos apresentados e a proposta da Câmara verifica-se que se trata de uma confissão de "mea-culpa".-----

----- Em momento algum coloco em causa a boa-fé das pessoas que pretendem a legalização das suas explorações, até porque desconhecemos em que moldes lhes foi dada permissão de edificação. Mas, tendo esta Assembleia a responsabilidade de aprovação é importante que todos conheçam o que está em causa. Não podemos

aceitar correr o risco de votar de “olhos vendados” autorizações, que até podem ser verbais e que, mais tarde, qualquer responsabilidade seja atribuída a esta Assembleia.

----- O Deputado Municipal, Manuel Joaquim Pereira de Sousa “-----

----- Fim da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa neste período. -----

----- Como as situações apresentadas no terceiro ponto configuravam campos de abrangência diferentes, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração da assembleia a hipótese do ponto também ele se dividir em duas vertentes: a declaração para “autorização de utilização não agrícola de espaço da R.A.N” seria alvo de uma votação e a declaração para “Regularização de Explorações Pecuárias”, objeto de uma votação diferenciada. Esta opção foi aprovada por unanimidade e colocado imediatamente à votação, foi aprovado o terceiro ponto da ordem de trabalhos, em primeira instância e sobre a “Regularização de Explorações Pecuárias” por maioria, com a abstenção do senhor deputado Manuel Sousa do MPT, sendo que, por unanimidade foi aprovada a emissão da declaração para “autorização de utilização não agrícola de espaço da R.A.N”. -----

----- No que diz respeito ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, “Proposta de desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno do Loteamento das Gordairas”, o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que o requerente pretende a passagem ao domínio privado de uma facha de terreno correspondente à passagem junto ao lote vinte e oito (Loteamento das Gordairas) face ao não cumprimento do prazo de construção do lote contíguo, o que prejudica gravemente o requerente. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre o quarto ponto, assumiu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta para se congratular com resolução desta situação, pois a própria junta de freguesia até tem realizado a limpeza do espaço em causa ao longo dos anos e o Município até já devia ter atuado mais cedo junto de quem não cumpriu os prazos do respetivo loteamento. Agora, certamente, que será construído um arruamento e passeios que dignifiquem o local, sublinhou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta. -----

----- Ainda sobre este ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os proprietários dos lotes têm um tempo determinado para construir e que, neste caso, todos os prazos legais já foram ultrapassados há muito tempo, mesmo antes da tomada de posse do atual executivo, o que também legitima a pretensão do requerente. -----

----- Seguidamente colocou-se à votação o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

----- Posteriormente, foi apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal o quinto ponto da ordem de trabalhos "Alteração ao Regulamento para a Venda de Lotes do Bairro da Caniçada – Valdosende.-----

----- Sobre este tema, assumiu logo depois a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para justificar a alteração ao regulamento em causa com o interesse evidente que tem chegado ao Município sobre os lotes e que esbara no critério de limites de idades. Esse critério é agora alterado para se tornar mais abrangente, de 40 para quarenta e cinco anos, assim com os prazos para construção e residência que são também alargados, para três e quinze anos respetivamente, conforme a documentação que foi enviada e será apensa a esta reunião. -----

----- Aberto o período de inscrições para intervenções, não se registou qualquer pedido e o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou, de imediato, à votação o ponto cinco da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

----- O sexto ponto, "*Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2015*" foi apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e imediatamente explanado pelo senhor Presidente do Município.-----

----- Sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2015, o Presidente da Câmara Municipal iniciou a apresentação destes Documentos Previsionais, referindo que, nos termos da *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º*, o Executivo Municipal apresenta à Assembleia Municipal de Terras de Bouro os documentos com as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do Município (OM) para o ano de dois mil e dezasseis, que contém também o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as opções estratégicas para o presente e o futuro do concelho. -

----- O Senhor Presidente da Câmara passou a expor, através de uma apresentação em *powerpoint*, as principais atividades e projetos, bem como a previsão das contas do Município para o ano de dois mil e dezasseis. Tudo consta dos documentos previsionais apresentados à Assembleia Municipal. -----

----- Terminada a exposição sobre as Atividades e o Orçamento Municipal para dois mil e dezasseis, o Presidente da Câmara apresentou resumidamente as regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do *Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de*

setembro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de dois mil e dezasseis, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara concluiu deste modo a sua apresentação dos documentos previsionais: *“Ao longo de 2016 e nos anos seguintes, continuaremos atentos aos problemas sociais, diligentes com as Instituições de caráter social, cultural e desportivo, empenhados na valorização da agricultura e do turismo e decididos a manter o equilíbrio financeiro do Município. Apresentamos um conjunto significativo de iniciativas e obras que valorizarão o nosso Município nos próximos anos. Por isso, consideramos que as Atividades e o Orçamento Municipal para 2016 evidenciam uma visão objetiva, equilibrada e positiva do futuro de Terras de Bouro, pelo que solicitamos a aprovação pelos Senhores Deputados Municipais dos Documentos Previsionais para 2016.”* -----

----- Aberto o período de inscrições e sobre este ponto interveio, em primeiro lugar, o senhor deputado José Alberto Martins para demonstrar a sua estranheza com os valores apresentados nas despesas com o pessoal, que diminuíram, mas as despesas de funcionamento aumentaram e de como o acesso aos fundos comunitários poderiam já estar mais bem explicitados no documento. Mais afirmou o senhor deputado que o orçamento apresenta uma quebra nos valores de investimento, já que indicam apenas vinte e quatro, virgula quarenta e cinco por cento de verbas para esse efeito. O que deveria existir, ressaltou, era a capacidade de reduzir a despesa de capital para despesa de investimento. -----

----- Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que os reajustes de valores da despesa com os funcionários justificam-se pela saída de sete funcionários dos quadros do município, alguns deles técnicos com vencimentos muito altos e que este trabalho tem a chancela de qualidade da UAGF do Município, não estando em causa a sua veracidade e correção. De qualquer forma, os valores dos fundos comunitários serão, quase de certeza, alvo de revisão que poderá já acontecer em fevereiro. Também afirmou o Senhor Presidente que o aumento das despesas correntes se justifica pela aceitação de propostas e sugestões da “Coligação Juntos Por Terras de Bouro”, propostas essas apresentadas e assinadas pelo Sr. Deputado José Alberto Martins que agora parece não concordar com tais propostas o que é uma evidente contradição. -----

----- Além disso, continuou o Senhor Presidente, este orçamento não contempla projetos aprovados, pois se assim fosse, o valor de investimento seria superior e as despesas correntes de funcionamento, como todos sabem, são inadiáveis. -----

----- Presente na reunião esteve também o Dr. Paulo Antunes, Dirigente da UAGF, que para efeitos de clarificação sobre este tema interveio, nesta fase, afirmando que o programa de estágios profissionais também contribuiu para os valores apresentados. -

-----Sobre este ponto interveio também o senhor deputado Manuel Sousa, do MPT, conforme documento que de seguida se transcreve na íntegra: -----

----- *“Em relação ao orçamento para 2016, novamente a justificação que nos é apresentada são as dificuldades financeiras em que vivemos e as limitações orçamentais que nos são impostas – no próximo ano esperemos que essas questões não se coloquem porque com um governo do Partido Socialista já não fará sentido falarmos mais de crise ou austeridade. Agradecemos o pedido de participação das forças políticas na contribuição para este orçamento. Felicitamos a continuação da amortização da dívida dos empréstimos bancários, pelo menos garante uma boa imagem de cumprimento dos deveres assumidos com as entidades bancárias. Porém, não basta usar a bandeira do município mais cumpridor no pagamento das suas dívidas, quando ano após anos a população vai diminuindo porque no concelho ainda não existe a capacidade de fixação de pessoas e porque o trabalho do executivo municipal continua a ser mera gestão corrente; mantendo-se a grande dependência das transferências do governo central para sustentar os recursos humanos na ordem dos 44% diretamente e indiretamente dos 33,16 % associados a outras despesas de funcionamento. É do conhecimento público que um recente estudo confirma Terras de Bouro como sendo o município com maior dependência no distrito de Braga – devemos-nos preocupar. Acreditamos e concordamos com a posição do Sr. Presidente do Município, e ainda o disse aqui hoje, quando diz que a solução tem de passar pela iniciativa privada. Terá de ser o empreendedorismo, a criação de empresas que se fixem no concelho e que façam uma gestão racional dos recursos naturais, em alternativa ao emprego público. Algo que deveria ser preparado já há vários anos para evitar a pobreza a que vivemos condenados e agora se torna difícil contrariar. A lógica terá sempre de passar por mais emprego para diminuição do recurso à dependência do apoio social. Sabemos bem que o apoio social visto como uma forma de angariação de votos. Apoiamos também os projetos relacionados com desporto, lazer, cultura para promoção e visibilidade do concelho e importante para, no futuro, serem argumentos para captação de investidores na área do turismo. Tenho a noção do*

quanto isso se torna importante para a criação de riqueza e fixação de pessoas. É importante referir que, não basta no documento que nos apresenta anunciar grandes obras quando na sua maioria não estão garantidas porque se encontram a aguardar aprovação dos instrumentos de financiamento como o Norte 2020. Para 2016, apenas temos como grandes obras a continuação da construção do que chamo “património mortuário” do município - as capelas mortuárias -, a requalificação de vias municipais e arranjo de duas praias fluviais. Em obras tem como garantido apenas 530 mil Euros dos 8 milhões e 700 mil Euros previstos para a receita. Espero boas notícias quando nos apresentar revisões durante o próximo ano.-----

----- Todo o orçamento contempla uma série de medidas muito positivas, sem dúvida, no fundo serão as mesmas que apresenta todos os anos. Sabemos que a grande maioria dos projetos para desenvolvimento do município continuam a ser intenções como foi sendo noutros orçamentos. Desta vez, dou o meu voto de confiança, mas estarei atento às medidas que nos apresenta e para a execução das mesmas durante o próximo ano.-----

----- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa do MPT”. ----

----- Logo a seguir, o Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a pedir a palavra para frisar que a fixação de pessoas é uma aposta fundamental deste executivo, mas a realidade é que a taxa de natalidade é baixa e os nossos jovens tem poucas condições para se fixar no concelho, apesar da formação superior ser hoje elevada, a verdade é que depois as qualificações não se enquadram nas necessidades do concelho.-----

----- Ainda sobre o sexto ponto da ordem de trabalhos, interveio, igualmente, o senhor deputado do Partido Socialista, António Lages, conforme documento que, de seguida, se transcreve na íntegra: “ O Partido Socialista, relativamente às GOP 2016, faz saber as seguintes considerações:-----

----- 1º Concordamos plenamente com as prioridades definidas pelo Executivo, nomeadamente, a preocupação com o equilíbrio financeiro, a promoção do emprego, o combate à perda constante de população, bem como continuar a apostar no turismo e na agricultura como principais atividades económicas. -----

----- 2º A recente revisão do Plano Diretor Municipal e os fundos comunitários terão de ser devidamente aproveitados e devem traduzir mais riqueza, mais emprego, mais investimento para o concelho. -----

----- 3º A crise económica, financeira e social continua persistir no país. Confiamos que

o Executivo continue a apostar nas pessoas e na ação social como te feito até aqui e que tão bons resultados tem conseguido. Destacamos a Loja Social, o Banco Local de Ajudas Técnicas e o Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade que tão importantes têm sido na minimização dos problemas sociais e familiares, assim como a melhoria da qualidade de vida das nossas populações. -----

----- 4º A aposta na educação, através da dinamização das inúmeras atividades que nos últimos anos têm sido desenvolvidas pelo município, como os ATL's de Verão, o apoio psicológico, a terapia da fala, nutrição, assim como atividades lúdicas e desportivas devem continuar a ser uma prioridade.-----

----- 5º Relativamente ao Turismo, e considerando o excelente ano de 2015, entendemos que é prioritário manter a aposta neste sector de atividade. A dinamização do Conselho Municipal de Turismo e a concretização do Plano de Valorização turística de Terras de Bouro e a contínua promoção através, sobretudo, de grandes eventos internacionais ligados ao desporto de natureza são excelentes pressupostos para 2016.-----

----- 6º Para terminar, sublinhamos a excelente promoção conseguida coma XV Feira Mostra de S. Martinho que, com a exposição mediática dada pela presença da TVI, é deveras importante para os produtos locais, gastronomia, para a nossa agricultura e, sobretudo, para o nosso concelho. -----

----- Em 2016 teremos ainda o Campeonato do Mundo de Trail Running, prova que vem comprovar a aposta certa neste tipo de eventos que tanto têm promovido e projetado Terras de Bouro.-----

----- Por todas as razões elencadas e tantas outras que constam no presente plano e orçamento, o Partido Socialista vota favoravelmente o mesmo. -----

----- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado António Lages do Partido Socialista.-----

----- Posteriormente, o Senhor Presidente da União das Freguesas de Chorense e Monte pediu a palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se os acordos de execução se aplicam ao orçamento. -----

----- O Senhor Presidente respondeu de imediato afirmando que sim e que esse aspeto ficou definido em reunião dos presidentes das juntas de freguesia, como tal o orçamento para dois mil e dezasseis mantém esse compromisso financeiro de apoiar as freguesias através dos acordos de execução nos mesmos moldes e montantes definidos para o ano de dois mil e quinze. -----

-----Colocado logo depois à votação, o sexto ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria, com seis abstenções, por parte da Coligação PSD/CDS, "Juntos por Terras de Bouro" e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto . -----

----- Ainda nesta sessão e relativamente a assuntos não inseridos na ordem do dia, inicialmente, mas que foram objeto de introdução por unanimidade e de deliberação, dado o reconhecimento da sua importância e urgência aprovada nos termos do art.º 83º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, a Assembleia Municipal aprovou e considerou, por unanimidade, o sétimo ponto da ordem de trabalhos, *Voto de Pesar*, apresentado pelo senhor deputado Agostinho Moura, relativamente ao falecimento do senhor Engª Vítor Manuel Cardoso Gonzalez, natural da vila do Gerês e do qual se guardou um minuto de silêncio.-----

----- No que diz respeito ao oitavo e último ponto da ordem de trabalhos, o grupo parlamentar do Partido Socialista apresentou uma Proposta de manifestação de fraternidade e solidariedade para com o povo francês, relativamente aos atentados terroristas que assolaram a cidade de Paris a treze de novembro, documento que mereceu também uma aprovação por unanimidade.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal formulou, igualmente, a todos os presentes os "*Votos de um Feliz Natal e de um Bom Ano Novo*", dando por encerrada a sessão, eram zero horas e trinta minutos horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei.

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme ALVES

O Secretário da Assembleia Municipal

